



7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial: Vladimir Segalla Afanasieff

Rua XV de Novembro, 184 - 6º andar - cj. 604 - Centro
Tel.: (XX11) 3116-7600 - Email: 7rtd@7rtd.com.br - Site: www.7rtd.com.br

REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS

Nº 2.042.745 de 01/06/2021

Certifico e dou fé que o documento eletrônico anexo, contendo **39 (trinta e nove) páginas**, foi apresentado em 01/06/2021, o qual foi protocolado sob nº 2.045.322, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **2.042.745** no Livro de Registro B deste 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, na presente data.

Natureza:

CESSÃO ELETRÔNICA

Certifico, ainda, que consta no documento eletrônico registrado as seguintes assinaturas digitais:

JOSE FERNANDO DE MELLO:06757347970(Padrão: ICP-Brasil)
FLORIANO VITOR DE OLIVEIRA:81094221953(Padrão: ICP-Brasil)
FERNANDA REIS DA FONSECA:12428492705(Padrão: ICP-Brasil)
EDSON LUIZ DIEGOLI:41654927953(Padrão: ICP-Brasil)
ANA LUISA CRUZ BARELLA:44259498894(Padrão: ICP-Brasil)

As assinaturas digitais qualificadas, com adoção do padrão ICP-Brasil, são verificadas e validadas pelo registrador, de acordo com as normas previstas em lei. No caso de assinaturas eletrônicas com utilização de padrões privados(não ICP-Brasil), o registrador faz apenas uma verificação junto à empresa responsável pelo padrão, a quem cabe a responsabilidade pela validade das assinaturas.

São Paulo, 01 de junho de 2021

Assinado eletronicamente

José Roberto Ferreira da Silva
Escrevente Autorizado

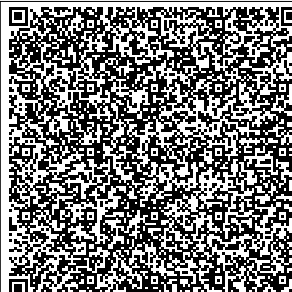
Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 9.508,61	R\$ 2.702,45	R\$ 1.849,67	R\$ 500,45	R\$ 652,59
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 456,41	R\$ 199,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.869,48



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:
servicos.cdtsp.com.br/validarregistro
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qr code.

00191446822087367



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital
1137124TIFB000040095DA215

(A) A Companhia, o Agente Fiduciário e a Havan S.A. (atual denominação social da Havan Lojas de Departamentos Ltda.) ("Fiador") celebraram a Escritura de Emissão, por meio da qual a Companhia emitiu 7.800 (sete mil e oitocentas) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), na sua data de emissão, qual seja, 15 de dezembro de 2019, em série única, não conversíveis em ações, da espécie

de acordo com os termos e condições deste Contrato ("Direitos Cedidos Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida" e, em conjunto com os Direitos Cedidos Projeto, os "Direitos Cedidos Fiduciariamente");

- (E) Conforme previsto do item "I" da Cláusula 5.1 da Escritura de Emissão e para fins deste Contrato, "Projeto de Investimento" significa o projeto de investimento em infraestrutura no setor de energia elétrica apresentado pela Companhia referente à implantação de pequena central hidrelétrica localizada nas Cidades de Quevedos e São Martinho da Serra, ambas no Estado do Rio Grande do Sul, no rio Toropi, sub-bacia 76, bacia hidrográfica do rio Uruguai, com capacidade instalada de 16,23 MW (dezesseis vírgula vinte e três megawatts) e garantia física de 8,49 MW (oito vírgula quarenta e nove megawatts) médios; e
- (F) Em 26 de maio de 2021, o Agente Fiduciário, a Companhia e o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Núcleo Cidade de Deus, s/n.º, na Vila Yara, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Depositário") celebraram o "*Contrato de Prestação de Serviços de Depositário*" ("Contrato de Banco Depositário"), por meio do qual foi aberta a conta corrente n.º 1814-7, agência n.º 2656, mantida pela Companhia junto ao Banco Depositário ("Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida"), na qual serão depositados, na forma prevista neste Contrato e na Escritura de Emissão, todos os recursos decorrentes dos Direitos Cedidos Projeto, observado o disposto nas Cláusulas 4.5 e seguintes abaixo;

Resolvem as Partes, por livre iniciativa e na melhor forma de direito, celebrar este Contrato, de acordo com os seguintes termos e condições:

I. CONSTITUIÇÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA

- 1.1 Em garantia do integral e pontual cumprimento de todas (i) obrigações relativas ao pagamento, pela Companhia ou pelo Fiador, do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, da Remuneração e, se aplicável, dos Encargos Moratórios (conforme definidos na Escritura de Emissão) e demais encargos, relativos às Debêntures, à Escritura de Emissão e aos demais Documentos das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido), quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento ou em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, amortização extraordinária das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão; e (ii) obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela Companhia e/ou pelo Fiador, nos termos das Debêntures, da Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, incluindo (a) obrigações de pagar honorários, despesas, custos e reembolsos, desde que

- I. A Companhia se obriga, a partir desta data, e até o término deste Contrato, a receber a totalidade dos valores a serem pagos à Companhia em decorrência dos Direitos Cedidos Fiduciariamente na Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida;
- II. A Companhia deverá manter na Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida o montante correspondente à totalidade da próxima Parcela Debêntures (conforme abaixo definido) devida na respectiva Data de Pagamento (conforme abaixo definido) ("Valor de Reserva Semestral"), sendo certo que a primeira Data de Pagamento ocorrerá em 15 de junho de 2022;
- III. O Valor de Reserva Semestral deverá ser mantido na Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida durante todo o Período de Reserva Semestral correspondente. Para fins deste Contrato, "Período de Reserva Semestral" significa o intervalo de tempo que se inicia (i) na Primeira Data de Verificação (conforme abaixo definido), inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento, exclusive, no caso do primeiro Período de Reserva Semestral, ou (ii) em toda Data de Pagamento, inclusive, e termina na Data de Pagamento imediatamente subsequente, exclusive, no caso dos demais Períodos de Reserva Semestral. Cada Período de Reserva Semestral sucede o anterior até a última Data de Pagamento;
- IV. Para fins de verificação da manutenção do Valor de Reserva Semestral durante o Período de Reserva Semestral em questão, o Agente Fiduciário verificará, até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês (cada uma, uma "Data de Verificação") os montantes que transitaram na Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida no período entre o 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente anterior e a Data de Verificação em questão, sendo certo que a primeira Data de Verificação ocorrerá em 6 de dezembro de 2021 ("Primeira Data de Verificação");
- V. Caso, na Data de Verificação em questão, o Agente Fiduciário verifique que o Valor de Reserva Semestral foi atingido e/ou mantido, conforme o caso, os valores que eventualmente excederem o Valor de Reserva Semestral, se existentes na Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida, serão transferidos pelo Banco Depositário, nos termos do Contrato de Banco Depositário, mediante recebimento de notificação a ser enviada pelo Agente Fiduciário nesse sentido, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da Data de Verificação em questão, para a conta corrente de titularidade da Companhia n.º 54600-3, mantida na agência n.º 2656-5 do Banco Bradesco S.A. ("Conta Movimento"), observado o disposto na Cláusula 4.1.4 abaixo;

- VI. No entanto, caso, na Data de Verificação em questão, o Agente Fiduciário verifique que o Valor de Reserva Semestral não foi atingido e/ou mantido, conforme o caso, a Companhia se obriga a transferir para a Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da solicitação enviada pelo Agente Fiduciário nesse sentido, o valor necessário para que seja atingido o Valor de Reserva Semestral;
- VII. Considerando a obrigação da Companhia de manter o Valor de Reserva Semestral na Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida durante todo o Período de Reserva Semestral correspondente, tal valor permanecerá retido, pelo Banco Depositário, na Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida, até que seja comprovado o pagamento da referida Parcela Debêntures na Data de Pagamento em questão; e
- VIII. Uma vez comprovado que o pagamento da referida Parcela Debêntures foi devidamente realizado na Data de Pagamento em questão, os valores que eventualmente excederem o Valor de Reserva Semestral imediatamente subsequente (correspondente à próxima Parcela Debêntures devida na próxima Data de Pagamento imediatamente subsequente), se existentes na Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida, serão transferidos pelo Banco Depositário, nos termos do Contrato de Banco Depositário, mediante recebimento de notificação a ser enviada pelo Agente Fiduciário nesse sentido em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da Data de Pagamento em questão, para a Conta Movimento, observado o disposto na Cláusula 4.1.4 abaixo.

4.1.1 Para fins deste Contrato:

"Data de Pagamento" significa cada uma das datas de pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures e da Remuneração das Debêntures, conforme previstas no Anexo I da Escritura de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2022 e o último, na data de vencimento das Debêntures, qual seja, em 15 de junho de 2037.

"Parcela Debêntures" significa a parcela imediatamente vincenda da amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures e a parcela imediatamente vincenda da Remuneração das Debêntures, calculada desde a Data da Integralização, a Data de Incorporação ou a respectiva Data de Pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva Data de Pagamento, nos termos da Escritura de Emissão. Para o cálculo da Parcela Debêntures, pelo Agente Fiduciário, utilizar-se-á a projeção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo,

divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA") correspondente à projeção média de mercado do IPCA divulgada no boletim "Focus" elaborado pelo Banco Central do Brasil no último Dia Útil do mês imediatamente anterior ao mês de cálculo.

- 4.1.2
- Caso a Companhia venha a receber os Direitos Cedidos Fiduciariamente de forma diversa da aqui prevista, ou em contas diversas da Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida, recebê-los-á na qualidade de fiel depositária do Agente Fiduciário e deverá depositar a totalidade dos Direitos Cedidos Fiduciariamente assim recebidos na Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida em até 1 (um) Dia Útil da data da verificação do seu recebimento, sem qualquer dedução ou desconto, independentemente de qualquer notificação ou outra formalidade para tanto.
- 4.1.3
- A Companhia, às suas próprias expensas, deverá tomar todas as medidas e providências necessárias para cobrar os Direitos Cedidos Fiduciariamente.
- 4.1.4
- Nos termos dos incisos V e VIII da Cláusula 4.1 acima, os recursos transferidos para a Conta Movimento, serão de livre e exclusiva movimentação e utilização pela Companhia, observado, no entanto, que os valores excedentes ao Valor de Reserva Semestral em questão ou subsequente, conforme o caso, depositados na Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida não poderão ser transferidos para a Conta Movimento na ocorrência e enquanto estiver em curso um Evento de Retenção (conforme abaixo definido).
- 4.2
- Eventos de Retenção. A qualquer tempo, enquanto estiver em curso qualquer um dos Eventos de Retenção, o Agente Fiduciário efetuará o bloqueio da Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida, de modo que os eventuais valores excedentes ao Valor de Reserva Semestral em questão ou subsequente, conforme o caso, depositados na Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida não sejam transferidos para a Conta Movimento.
- 4.2.1
- O Agente Fiduciário deverá manter o bloqueio da Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida até que o Evento de Retenção seja sanado, direcionando o Banco Depositário a transferir os eventuais valores excedentes ao Valor de Reserva Semestral em questão ou subsequente, conforme o caso, depositados na Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida para a Conta Movimento em até 1 (um) Dia Útil da data em que o Evento de Bloqueio tenha sido sanado.
- 4.2.2
- Consideram-se Eventos de Retenção (cada evento, um "Evento de Retenção"):

Companhia (desde que permitida nos termos da Escritura de Emissão); (iv) com relação aos valores mobiliários referidos nos itens anteriores, o direito de subscrição de novos valores mobiliários; e (v) todos os direitos econômicos relativos à propriedade das Ações e das Ações Adicionais, incluindo o direito a receber dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio declarados, pagos ou de outra forma distribuídos aos acionistas da Companhia em virtude das Ações e das Ações Adicionais, bem como quaisquer pagamentos relacionados à redução de capital, resgate, amortização, direito de participação no acervo social, rendas, distribuições e bônus bem como quaisquer outros valores creditados, pagos, distribuídos ou por outra forma entregues ou a serem creditados, pagos, distribuídos ou por outra forma entregues, em virtude da propriedade das Ações ou das Ações Adicionais e outras vantagens de cunho patrimonial similares relacionadas às Ações e/ou às Ações Adicionais até seu efetivo pagamento aos acionistas, nos termos permitidos pela Escritura de Emissão ("Direitos Econômicos"), observado o disposto abaixo e a ser disposto no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

- 4.5.1
- Observado o disposto nas cláusulas abaixo e a ser disposto no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os Acionistas Diretos poderão receber os Direitos Econômicos pagos com relação às Ações e/ou às Ações Adicionais e utilizá-los livremente, salvo se (a) a Companhia e/ou o Fiador estiver em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas; ou (b) tiver ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Inadimplemento, casos em que, a Companhia, independentemente de notificação do Agente Fiduciário, não poderá distribuir e/ou pagar dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, sendo aplicável as regras de excussão a serem previstas no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.
- 4.5.2
- Na ocorrência dos eventos descritos nos itens (a) e (b) da Cláusula 4.5.1 acima, quaisquer Direitos Econômicos a serem pagos aos Acionistas Diretos deverão ser integralmente retidos e depositados, pela Companhia, na Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida, ficando tais recursos bloqueados até que: (i) seja sanado o inadimplemento pela Companhia e/ou pelo Fiador, conforme o caso; ou (ii) o Agente Fiduciário (na qualidade de representante dos Debenturistas) determine a aplicação de tais recursos no pagamento de quaisquer Obrigações Garantidas, estritamente na forma permitida a ser prevista no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, ficando o Agente Fiduciário autorizado, de forma irrevogável e irretratável, a tomar as providências necessárias para tanto.

- 4.5.3

Nos termos do item (i) da Cláusula 4.5.2 acima, após a verificação, pelo Agente Fiduciário, do adimplemento pela Companhia e/ou pelo Fiador, conforme o caso, de suas obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, o Agente Fiduciário deverá notificar o Banco Depositário, com cópia aos Acionistas Diretos, em até 2 (dois) Dias Úteis, para que os recursos mencionados na Cláusula 4.5.2 acima depositados na Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida sejam liberados aos Acionistas Diretos, na proporção das Ações detidas por cada um, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que cada um dos Acionistas Diretos indicar as contas correntes no país para as quais tal saldo credor deverá ser transferido.
- 4.5.4

Nos termos do item (ii) da Cláusula 4.5.2 acima, caso exista saldo credor na Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida após a quitação das Obrigações Garantidas, o Agente Fiduciário deverá notificar o Banco Depositário, com cópia aos Acionistas Diretos, em até 2 (dois) Dias Úteis, para que os recursos mencionados na Cláusula 4.5.2 acima depositados na Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida sejam liberados aos Acionistas Diretores, na proporção das Ações detidas por cada um, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que cada um dos Acionistas Diretos indicar as contas correntes no país para as quais tal saldo credor deverá ser transferido.
- 4.5.5

Para fins do presente Contrato, na presente data, "Acionistas Diretos" significa, em conjunto, (i) Ricardo Alfredo Scheeffe, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF") sob o n.º 442.174.399-20; (ii) Murilo Colonetti Back, inscrito no CPF sob o n.º 048.481.089-85; (iii) Sabrina Colonetti Back, inscrita no CPF sob o n.º 048.481.139-89; (iv) Daniela Niehues, inscrita no CPF sob o n.º 019.917.339-76; (v) Evaldo Niehues Junior, inscrito no CPF sob o n.º 025.656.269-59; Henrique Niehues, inscrito no CPF sob o n.º 047.956.759-02; (vi) Sérgio Moisés Rodrigues Batista, inscrito no CPF sob o n.º 707.831.959-15; e (vii) Guassupi Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 33.572.572/0001-02. A definição de Acionistas Diretos compreende, na presente data, e compreenderá, os titulares da totalidade das ações de emissão da Companhia, de modo que a Alienação Fiduciária recairá, durante toda a vigência do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, sobre a totalidade das ações de emissão da Companhia.
- 4.6

Substituição do Banco Depositário. Observado o disposto no Contrato de Banco Depositário, o Banco Depositário poderá ser substituído (i) por destituição, aprovada pelo Agente Fiduciário, conforme orientação dos Debenturistas reunidos em assembleia geral; (ii) por sua renúncia, mediante comunicação à Companhia e ao Agente Fiduciário, nos termos, prazos e condições previstos no Contrato de Banco Depositário; ou (iii)

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 9.508,61	R\$ 2.702,45	R\$ 1.849,67	R\$ 500,45	R\$ 652,59	R\$ 456,41	R\$ 199,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.869,48

caso ocorra qualquer uma das hipóteses previstas no Contrato de Banco Depositário.

- 4.6.1 No caso de substituição ou renúncia do Banco Depositário, a Companhia e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, obrigam-se a, em até 45 (quarenta e cinco) dias ou em prazo constante do Contrato de Banco Depositário, se inferior, praticar todos os demais atos necessários para a nomeação e constituição do Banco Depositário substituto, devendo (i) a Companhia (a) abrir nova conta junto ao banco depositário substituto, a ser considerada a nova Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida para os fins deste Contrato e (b) transferir para a nova Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida, tão logo seja determinada e informada ao Agente Fiduciário, todos os recursos e aplicações existentes na Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida substituída.
- 4.6.2 Concomitantemente à contratação do novo banco depositário, nos termos da Cláusula 4.6.1 acima, as Partes obrigam-se a aditar o presente Contrato tão logo seja finalizada a contratação deste, tomando toda e qualquer medida necessária para refletir adequadamente a descrição do novo banco depositário e da Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida, sendo certo que tal aditamento deverá ser celebrado no prazo máximo de 20 (vinte) Dias Úteis ou no prazo constante do contrato a ser celebrado com o novo banco depositário, o que for menor.

V. EXCUSSÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS

- 5.1 Na ocorrência do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas ou o seu vencimento final programando sem que haja o devido pagamento dos valores devidos nas suas respectivas datas de vencimento, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e de proprietário fiduciário dos Direitos Cedidos Fiduciariamente, exercerá sobre eles, bem como sobre o produto decorrente de sua cobrança, todos os poderes que lhes são assegurados pela legislação vigente, em especial os descritos no parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei 4.728, inclusive os poderes "*ad judicium*" e "*ad negotia*", podendo, de boa-fé, pelo preço e nas condições que os Debenturistas entenderem apropriados (vedada a utilização de preço vil), no todo ou em parte, pública ou particularmente, judicial ou de forma amigável (extrajudicialmente), a exclusivo critério dos Debenturistas, independentemente de leilão, de hasta pública, de avaliação, de notificação judicial ou extrajudicial ou de qualquer outro procedimento, executar os Direitos Cedidos Fiduciariamente, no todo ou em parte, sem ordem de prioridade, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, seja por meio de resgate de aplicações financeiras ou de uma ou várias retenções e transferências a serem efetuadas pelo Banco Depositário, mediante instrução do Agente

Fiduciário, na Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida, para amortização (parcial ou total) das Obrigações Garantidas, seja por meio da cobrança e do recebimento de pagamentos dos Direitos Cedidos Fiduciariamente diretamente dos respectivos devedores e utilização dos recursos recebidos para amortização (parcial ou total) das Obrigações Garantidas.

- 5.1.1 Para tanto, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, fica autorizado pela Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, a resgatar aplicações, alienar, ceder, vender, transferir, usar, sacar, receber, descontar ou resgatar os Direitos Cedidos Fiduciariamente, utilizando o produto na amortização ou, se possível, liquidação, das Obrigações Garantidas devidas e não pagas e de todos e quaisquer tributos e despesas incidentes sobre a cessão, venda, transferência, uso, saque, desconto ou resgate dos Direitos Cedidos Fiduciariamente ou incidente sobre o pagamento das Obrigações Garantidas, observada a ordem de pagamento estabelecida dos Documentos das Obrigações Garantidas, entregando, ao final, à Companhia, o que porventura sobejar, ficando o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, em caráter irrevogável e irretratável, pelo presente e na melhor forma de direito, como condição deste Contrato, autorizado, na qualidade de mandatário da Companhia, a firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários para tanto, sendo-lhes conferidos todos os poderes que lhes são assegurados pela legislação vigente, inclusive os poderes "*ad judicia*" e "*ad negotia*", incluindo ainda os previstos no artigo 19 da Lei 9.514 e no artigo 293 e demais disposições do Código Civil.
- 5.1.2 Para os fins do aqui disposto, a Companhia entregou ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, nesta data, procuração na forma do Anexo V a este Contrato, devidamente firmada pelos representantes legais da Companhia, obrigando-se a mantê-la sempre válida e eficaz durante o prazo deste Contrato.
- 5.1.3 Até que as Obrigações Garantidas tenham sido pagas integralmente, a Companhia, neste ato, renuncia a seus direitos de sub-rogação contra o Agente Fiduciário e os Debenturistas, na condição de credores originais das Obrigações Garantidas, e, portanto, a Companhia não terá direito a recuperar de qualquer adquirente das Diretos Creditórios Fiduciariamente qualquer valor pago em conexão com as Obrigações Garantidas, ou em conexão com os valores resultantes da excussão da presente garantia, e não deverá se sub-rogar os direitos creditórios correspondentes às Obrigações Garantidas.
- 5.1.4 O procedimento aqui descrito não obstará a cobrança dos Direitos Cedidos Fiduciariamente via execução, de acordo com o disposto no

artigo 784 da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), caso exista saldo devedor pendente. Em havendo saldo credor remanescente, será ele, desde logo, colocado à disposição da Companhia no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis.

- 5.2 Os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula Quinta, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser aplicados na amortização ou liquidação do saldo devedor das Obrigações Garantidas, observada a ordem de pagamento estabelecida na Escritura de Emissão. Caso os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula Quinta não sejam suficientes para quitar integralmente todas as Obrigações Garantidas, a Companhia e o Fiador permanecerão responsáveis pelo saldo devedor das Obrigações Garantidas que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das Obrigações Garantidas enquanto não forem pagas.
- 5.3 Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, da presente Cessão Fiduciária com as demais Garantias, podendo o Agente Fiduciário, conforme orientação dos Debenturistas, reunidos em assembleia geral, na forma prevista na Escritura de Emissão, excutir ou executar todas ou cada uma delas indiscriminadamente, por meio de uma ou mais cobranças extrajudiciais e/ou um ou mais processos de execução judicial, para os fins de amortizar ou quitar as Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura de Emissão e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas.
- 5.4 A Companhia obriga-se a praticar todos os atos e cooperar com o Agente Fiduciário em tudo que se fizer necessário ao cumprimento do disposto nesta Cláusula Quinta, devendo, inclusive, enviar ao Agente Fiduciário todos e quaisquer documentos e informações necessários, inclusive no que se refere ao atendimento das exigências legais e regulamentares necessárias, se houver, à excussão dos Direitos Cedidos Fiduciariamente.
- 5.5 A Companhia declara, sob as penas da lei, para fins da realização, pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, do protesto, cobrança e/ou execução dos Documentos Representativos dos Direitos Cedidos Fiduciariamente (conforme abaixo definido), que os mantêm em seu poder, guarda e custódia, comprometendo-se a exibi-los e/ou entregá-los no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, no lugar que for determinado, especialmente no caso de sobrevir a sustação judicial do protesto.

VI. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 9.508,61	R\$ 2.702,45	R\$ 1.849,67	R\$ 500,45	R\$ 652,59	R\$ 456,41	R\$ 199,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.869,48

VII. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

7.1 A Companhia declara que, nesta data:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM;
- II. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração deste Contrato e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas e, conforme o caso, à realização da Emissão e da Oferta;
- III. os representantes legais da Companhia que assinam este Contrato e os demais Documentos das Obrigações Garantidas têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. este Contrato e os demais Documentos das Obrigações Garantidas e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, observadas as prescrições legais a respeito;
- V. a celebração, os termos e condições deste Contrato e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e, conforme o caso, a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Companhia; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo da Companhia, exceto pelas Garantias; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou qualquer de seus ativos;

- XII. cumpre e faz cumprir, assim como seus controladores, suas respectivas controladas, empregados, administradores, e eventuais subcontratados agindo em seu nome e benefício, a Legislação Anticorrupção (conforme abaixo definido), bem como (a) mantém, conforme exigido pela legislação aplicável, políticas e procedimentos internos objetivando a divulgação e o integral cumprimento da Legislação Anticorrupção; (b) dão pleno conhecimento da Legislação Anticorrupção a todos os profissionais com quem venham a se relacionar, previamente ao início de sua atuação; (c) não violaram, assim como suas respectivas controladas, empregados e eventuais subcontratados agindo em seu nome e benefício, as Leis Anticorrupção; e (d) comunicarão os Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 7.28 da Escritura de Emissão ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário) e o Agente Fiduciário caso tenham conhecimento de qualquer ato ou fato relacionado ao disposto neste inciso que viole a Legislação Anticorrupção;
- XIII. inexistente, inclusive em relação às suas respectivas controladas, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar este Contrato, a Escritura de Emissão e/ou qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas;
- XIV. no seu conhecimento, inexistente qualquer situação de conflito de interesses entre a Companhia que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- XV. conduz seus negócios em conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária em vigor, zelando sempre para que (a) não utilizem, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; e (b) não incentivem a prostituição;
- XVI. conduz seus negócios em conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária em vigor, zelando sempre para que (a) os trabalhadores da Companhia, de suas Controladas, direta ou indiretamente estejam devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (b) sejam cumpridas as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação

Protocolo nº 2.045.322 de 01/06/2021 às 10:24:17h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **2.042.745** em **01/06/2021** neste **7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por José Roberto Ferreira da Silva - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 9.508,61	R\$ 2.702,45	R\$ 1.849,67	R\$ 500,45	R\$ 652,59	R\$ 456,41	R\$ 199,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.869,48

trabalhista e previdenciária em vigor; e (c) seja cumprida a legislação aplicável à saúde e segurança públicas, exceto (c.1) em relação às leis cujo descumprimento esteja sendo contestado de boa-fé, nas esferas administrativa ou judicial e para os quais tenha sido obtido efeito suspensivo, ou (c.2) em relação àquelas que estejam em processo regular de licenciamento;

XVII. a Companhia não possui em vigor, na data deste Contrato, qualquer tipo de garantia fidejussória que tenha prestado a terceiros;

XVIII.é única e legítima possuidora e titular dos Direitos Cedidos Fiduciariamente, que se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus, alienação, caução, penhor, encargos ou gravames de qualquer natureza, legais ou convencionais, não tendo conhecimento de qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo ou fiscal contra a Companhia que possa, ainda que indiretamente, prejudicar ou invalidar a Cessão Fiduciária;

XIX. mediante (a) o registro deste Contrato, (b) a notificação das contrapartes dos Direitos Cedidos Fiduciariamente, nos termos da Escritura de Emissão, e (c) o cumprimento das demais condições previstas na Cláusula 2.1 acima, a Cessão Fiduciária será devidamente constituída e válida e exequível nos termos das leis brasileiras;

XX. exceto pelo registro deste Contrato, nos termos da Cláusula 2.1 acima, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou perante qualquer tribunal ou outro órgão ou agência governamental ou de qualquer terceiro se faz necessário à celebração e ao cumprimento deste Contrato;

XXI. possui, sob responsabilidade civil e criminal, patrimônio suficiente para garantir eventuais obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista e previdenciária, e quaisquer outras obrigações impostas por lei; e

XXII. todos os mandatos outorgados nos termos deste Contrato o foram como condição do negócio ora contratado, em caráter irrevogável e irretratável nos termos dos artigos 683, 684 e 685 do Código Civil.

7.1.1 Para fins deste Contrato e nos termos previstos na Escritura de Emissão:

"Controlada" significa, com relação a qualquer pessoa, qualquer sociedade controlada (conforme definição de Controle), direta ou indiretamente, por tal pessoa;

"Controladora" significa, com relação a qualquer pessoa, qualquer controladora (conforme definição de Controle), direta ou indireta, de tal pessoa;

"Efeito Adverso Relevante" significa qualquer mudança adversa relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens ou nos resultados operacionais da Companhia, que justificadamente afetem a capacidade da Companhia de cumprir suas Obrigações Financeiras ou de implantação do Projeto de Investimento nos termos da Escritura de Emissão e/ou dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, conforme aplicável; e

"Legislação Anticorrupção" significam as disposições legais e regulamentares relacionadas à prática de corrupção e atos lesivos à administração pública e ao patrimônio público, incluindo a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, o Decreto n.º 8.420, de 18 de março de 2015, e, conforme aplicável, o *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e o *U.K. Bribery Act*.

7.2 O Agente Fiduciário declara que, nesta data:

- I. conhece e está de acordo com todos os termos e condições dos Contratos do Projeto, dos quais decorrem os Direitos Cedidos Projeto, conforme detalhados no Anexo II ao presente Contrato;
- II. com relação aos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, está ciente de que a constituição do crédito devido à Companhia, na qualidade de vendedora de energia elétrica, é condicionada ao cumprimento de suas obrigações contratuais estabelecidas nos referidos instrumentos, em especial, a de entregar à compradora em questão ("Compradora") a energia elétrica contratada; e
- III. com relação aos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, está ciente de que o descumprimento, pela Companhia, na qualidade de vendedora de energia elétrica, de suas obrigações contratuais estabelecidas nos referidos instrumentos, pode resultar, nos termos do artigo 476 do Código Civil, em exceção de contrato não cumprido, podendo acarretar resolução unilateral do referido instrumento pela Compradora, com a consequente não

9.2 Os documentos anexos a este Contrato, bem como os documentos emitidos na forma dos anexos a este Contrato, constituem parte integrante e complementar deste Contrato.

ANEXO II

AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE RECEBÍVEIS EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS

LISTA DE CONTRATOS DO PROJETO DE INVESTIMENTO

1.	Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica
(a)	Contrato de Compra e Venda de Energia (CLP-CV CCV_HVN 001-2020) celebrado entre a Rincão dos Albinos Energética S.A. (" <u>Rincão dos Albinos</u> ") e Havan S.A em 1º de dezembro de 2020.
2.	Contratos de Prestação de Serviços
(a)	Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre Rincão dos Albinos e INCA Administradora de Bens Ltda., Triângulo Engenharia EIRELI, Pedreira Triângulo Extração e Comercialização de Pedras Ltda., Basemix Concreto Usinado e Argamassas Ltda. e Frotta Locadora de Equipamentos Ltda. em 24 de agosto de 2020;
(b)	Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre Rincão dos Albinos, Rincão São Miguel Energética S.A. (" <u>Rincão São Miguel</u> "), Salto do Guassupi Energética S.A. (" <u>Salto do Guassupi</u> "), Quevedos Energética S.A. (" <u>Quevedos</u> ") e Celtes Ambiental Ltda. (" <u>Celtes Ambiental</u> ") em 3 de abril de 2018;
(c)	Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre Rincão dos Albinos, Rincão São Miguel, Salto do Guassupi, Quevedos e Celtes Ambiental em 19 de outubro de 2020;
(d)	Contrato de Prestação de Serviços e Fornecimento celebrado entre Rincão dos Albinos, Salto do Guassupi, Quevedos, Rincão São Miguel e ECE – Empresa Catarinense de Eletricidade Ltda. em 25 de setembro de 2018;
(e)	Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre Rincão dos Albinos, Salto do Guassupi, Quevedos, Rincão São Miguel e Gueths Engenharia Ltda. (" <u>Gueths</u> ") em 29 de maio de 2018;
(f)	Contrato de Fornecimento de Isoladores celebrado entre Rincão dos Albinos, Salto do Guassupi, Quevedos, Rincão São Miguel e Isoelectric Brasil Ltda. em 20 de agosto de 2018;
(g)	Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre Rincão dos Albinos, Salto do Guassupi, Quevedos, Rincão São Miguel e Engetran Engenharia

- | Oficial | Estado | Secretaria Fazenda | Reg. Civil | T. Justiça | M. Público | ISS | Condução | Despesas | Total |
|--------------|--------------|--------------------|------------|------------|------------|------------|----------|----------|---------------|
| R\$ 9.508,61 | R\$ 2.702,45 | R\$ 1.849,67 | R\$ 500,45 | R\$ 652,59 | R\$ 456,41 | R\$ 199,30 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 15.869,48 |

* * * * *

- Garantias Reais: As Obrigações Garantidas serão asseguradas pelas seguintes Garantias Reais: (a) a Cessão Fiduciária; e (b) a Alienação Fiduciária, nos termos previstos na Escritura de Emissão;
- Data de emissão: 15 de dezembro de 2019 ("Data de Emissão");
- Prazo e data de vencimento: ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 6.392 (seis mil, trezentos e noventa e dois) dias corridos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2037 ("Data de Vencimento");
- Atualização monetária: o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário será atualizado pela variação acumulada do IPCA, desde a Data de Integralização até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou seu saldo, conforme o caso, automaticamente ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão;
- Taxa de juros: sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a 5,0128% (cinco inteiros e cento e vinte e oito décimos de milésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização, a Data de Incorporação ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, amortização extraordinária das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração incidente desde a primeira Data de Integralização até 15 de dezembro de 2021, será incorporada ao saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado em 15 de dezembro de 2021 ("Data de Incorporação") e será paga nos meses de junho e dezembro de cada ano, conforme as datas de pagamento previstas no Anexo I à Escritura de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2022 e o último, na Data de Vencimento. A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula constante da Escritura de Emissão.
- Forma de pagamento:

- (a) do Valor Nominal Unitário (principal): Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, amortização extraordinária das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado nos meses de junho e dezembro de cada ano, conforme as datas e percentuais de pagamento previstas no Anexo I à Escritura de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2022 e o último, na Data de Vencimento; e

(b) da Remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, amortização extraordinária das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga nos meses de junho e dezembro de cada ano, conforme as datas de pagamento previstas no Anexo I à Escritura de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2022 e o último, na Data de Vencimento.
- Encargos moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia e pelo Fiador aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente à atualização monetária e ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória, de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e
 - Local de pagamento: Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e/ou pelo Fiador, nos termos da Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, serão realizados (i) pela Companhia, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário Atualizado, à Remuneração, e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou (ii) pela Companhia, nos demais casos, por meio do Escriturador ou na sede da Companhia, conforme o caso; ou (iii) pelo Fiador, em qualquer caso, por meio do Escriturador ou na sede do Fiador, conforme o caso.

ANEXO IV

AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE RECEBÍVEIS EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS

MODELO DE NOTIFICAÇÃO CESSÃO FIDUCIÁRIA

[DENOMINAÇÃO SOCIAL DA SOCIEDADE A SER ENCAMINHADA A NOTIFICAÇÃO]
[Incluir Endereço]
CEP [•], [Cidade] e [Estado]
At.: [•]
E-mail.: [•]

Notificação

Ref.: Cessão Fiduciária de Recebíveis

Prezados Senhores,

Informamos que, nos termos do "*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis em Garantia e Outras Avenças*", celebrado em 26 de maio de 2021 entre a Rincão dos Albinos Energética S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Quevedos, Estado do Rio Grande do Sul, na Estrada Cinco Veados, s/n.º, Núcleo Comunitário Rural da Paina, CEP 98140-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o n.º 08.147.388/0001-60 ("Companhia") e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira com filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.954, Conjunto 101, Jardim Paulistano, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0003-08, na qualidade de representante dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão da Companhia ("Agente Fiduciário" e "Contrato", respectivamente), cedemos fiduciariamente em favor do Agente Fiduciário em garantia do cumprimento de todas Obrigações Garantidas (conforme definido no Contrato), todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, inclusive os relativos a eventuais indenizações devidas à Companhia em virtude do(s) seguinte(s) instrumento(s):

[*incluir o(s) instrumento(s) celebrado(s) a ser(em) cedido(s)*] ("Direitos Creditórios").

Em decorrência da cessão fiduciária acima referida, a partir desta data, todos Direitos Creditórios devem ser depositados a partir desta data na **conta corrente n.º 1814-7, agência 2656, de titularidade da Companhia mantida no Banco Bradesco S.A.**

Os termos em letras maiúsculas aqui empregados, mas não definidos, terão o mesmo significado a eles atribuídos no Contrato.

- I. proceder à transferência dos recursos decorrentes dos Direitos Cedidos Fiduciariamente ingressados e/ou retidos na Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida para pagamento das Obrigações Garantidas, receber diretamente e/ou realizar qualquer cobrança

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 9.508,61	R\$ 2.702,45	R\$ 1.849,67	R\$ 500,45	R\$ 652,59	R\$ 456,41	R\$ 199,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.869,48

judicial ou extrajudicial dos Direitos Cedidos Fiduciariamente junto às respectivas contrapartes;

- II. resgatar e vender aplicações financeiras e aplicar os recursos provenientes de tais resgates ou vendas na liquidação das Obrigações Garantidas, bloquear, reter e movimentar a Conta Reserva de Pagamento Serviço da Dívida, em especial, transferir, dispor, sacar, resgatar ou de qualquer outra forma utilizar os recursos lá creditados, independentemente de qualquer aviso ou qualquer medida ou ordem judicial ou extrajudicial, a fim de assegurar o pagamento e cumprimento total das Obrigações Garantidas;
- III. representar a Outorgante junto às contrapartes dos Direitos Cedidos Fiduciariamente e as instituições financeiras em geral, incluindo, mas sem limitações, o Banco Depositário, e quaisquer outras pessoas obrigadas pelo pagamento de Direitos Cedidos Fiduciariamente;
- IV. em geral, exercer por e em nome da Outorgante e praticar todos os demais atos que os Outorgados possam considerar necessários relativos aos itens I a III acima; e
- V. a critério dos Debenturistas e dentro dos limites desta Procuração, nomear e destituir qualquer substabelecido em relação a qualquer um dos fins acima mencionados.

Qualquer notificação enviada pela Outorgada sobre a ocorrência declaração de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas será considerada conclusiva contra a Outorgante, inexistindo erro manifesto.

Termos em maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste instrumento terão os mesmos significados a eles atribuídos no Contrato.

Os poderes aqui outorgados são adicionais aos poderes outorgados pela Outorgante à Outorgada nos termos do Contrato e não cancelam ou revogam qualquer um de tais poderes.

Esta procuração tem o prazo de 1 (um) ano a contar de sua data de assinatura.

O presente instrumento de mandato é outorgado como condição do Contrato e como meio de cumprimento única e exclusivamente das obrigações ali estipuladas, e em conformidade com o disposto nos artigos 684 e 1.433, inciso IV, do Código Civil, e terá caráter irrevogável e irretratável e será válido e vigorará pelo tempo que o Contrato estiver em vigor, em conformidade com seus termos e condições.

São Paulo, 26 de maio de 2021.

